



Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

Resumo

Estabelece as regras, modelos de cálculo e procedimentos para o Gerenciamento de Risco de Liquidez para as carteiras de Fundos de Investimento.

Sumário

1. Objetivo	2
2. Público-alvo	2
3. Conceitos Gerais e Diretrizes	2
3.1. Estrutura organizacional	2
3.2. Comitê de Gerenciamento de Risco de Liquidez	2
3.3. Sistemas Gerenciais	3
4. Gerenciamento de Risco de Liquidez	3
4.1. Abrangência	3
4.2. Conceito de Risco de Liquidez	3
4.3. Princípios para o Cálculo para o Gerenciamento de Risco de Liquidez	3
5. Modelagem de Cálculo de Risco de Liquidez Para Fundos	4
5.1. Definição do Índice de Liquidez'	4
5.2. Avaliação da Liquidez de Ativos	4
5.3. Avaliação da Liquidez de Passivos	5
6. Regras Específicas: Modelagem de Cálculo de Risco de Liquidez Para Fundos c/Investimento em Crédito Privado e Para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's)	6
6.1. Avaliação da Liquidez de Ativos	6
6.2. Avaliação da Liquidez de Passivos	6
7. Análises de Estresse e Análise de Condições Extremas	7
8. Plano de Ação de Prevenção à Risco de Liquidez – PaPRL	7
9. Procedimentos Operacionais	8
9.1. Avaliação da Incorporação de Novos Produtos ou Carteiras	8
9.2. Acompanhamento de Condições de Mercado	8
9.3. Apuração e Controle do Risco de Liquidez	8
9.4. Calibragem de Parâmetros de Cálculo	9
9.5. Preparação de Controles, Relatórios e Apresentações	9
9.6. Acompanhamento de Normativos Regulamentares	9
10. Responsabilidades	9
10.1. Gestor	9
10.2. Administrador	9
10.3. TI	9
10.4. Integral Trust ou Aplicativo Interno	10
10.5. Gestão de Riscos	10
11. Referência cruzada com outros Instrumentos Normativos Internos	10
12. Alinhamento com Órgãos Reguladores e Legislações	10
13. Informações de Controle	11

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

1. Objetivo

Estabelece as regras, modelos de cálculo e procedimentos para o Gerenciamento de Risco de Liquidez para as carteiras de Fundos de Investimento.

2. Público-alvo

Este Instrumento Normativo abrange as empresas financeiras do Grupo Paulista (Banco Paulista, SOCOPA e Riviera), no âmbito do desempenho de atividades enquanto Instituições Participantes Gestoras.

3. Conceitos Gerais e Diretrizes

3.1. Estrutura organizacional

As atividades de acompanhamento de carteiras e decisão de investimentos e negociação de ativos, incluindo os aspectos relacionados à sua liquidez, são desempenhadas pelo **Departamento de Recursos de Terceiros**, no âmbito das atribuições de Gestor, dos Fundos de Investimento sob sua responsabilidade.

As atividades operacionais de registro e contabilização dos ativos e passivos, incluindo os aspectos relacionados às características dos passivos, bem como o fornecimento dos dados necessários para o acompanhamento dos Fundos de Investimento, pelo Gestor, são desempenhadas pelo **Departamento de Controladoria**, no âmbito das atribuições de Administrador, dos Fundos de Investimento sob sua responsabilidade.

As atividades de cálculo, monitoração, análise e controle são desempenhadas pelo **Departamento de Gestão de Riscos**, com base nas informações recebidas dos sistemas gerenciais de processamento e cálculo de risco e das demais áreas envolvidas no processo de registro de operações, processamento de carteiras, envio e manutenção de bases de dados.

3.2. Comitê de Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez deve ser supervisionado em colegiado, com periodicidade mínima semestral, com o objetivo de avaliar de forma dinâmica as práticas e a eficácia deste instrumento normativo interno, bem como a aprovação de alterações e melhorias nas estruturas, procedimentos e modelos de cálculo utilizados para o gerenciamento de risco de liquidez.

- Devem ser reavaliados periodicamente os parâmetros e critérios de cálculo utilizados, como o enquadramento dos ativos, o histórico de resgates, os fatores utilizados para o cálculo de liquidez dos ativos, para o cálculo da concentração de cotistas e

O Gestor, caso seja necessário, em função de alterações significativas nas condições de mercado, na composição das carteiras dos Fundos ou nas estruturas envolvidas, poderá convocar de forma extraordinária este Comitê, para deliberação.

As respectivas atas, formalizando os assuntos abordados, devem ser arquivadas, para referência, por um período de 5 anos.

Este Comitê deve contar com representantes das áreas envolvidas, compreendendo como quórum mínimo:

- Diretoria Geral Administrativa;
- Diretoria de Gestão (Gestor, Riviera);
- Diretoria de Recursos de Terceiros (Gestor, Socopa)
- Departamento de Análise de Investimentos (Gestor);
- Departamento de Administração de Fundos (Administrador);
- Departamento de Gestão de Riscos;
- Departamento de Compliance.

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

3.3. Sistemas Gerenciais

Os sistemas gerenciais utilizados para o cálculo e processamento de risco são majoritariamente soluções interno-externas e pacotes fornecidos por terceiros, com notório conhecimento técnico, aderentes à regulamentação existente:

- Carga XML, para capturar a base de dados das carteiras dos fundos;
- Net Report, capturar o PU das cotas dos fundos e os resgates efetuados;
- Integral Trust, para calcular e mensurar os riscos de mercado e liquidez dos fundos;
- Aplicativo interno, para calcular e gerenciar o risco de liquidez dos fundos;

Adicionalmente, são utilizados controles e relatórios Internos para o cálculo e a elaboração de acompanhamentos e detalhamentos complementares aos disponibilizados de forma sistêmica.

4. Gerenciamento de Risco de Liquidez

4.1. Abrangência

As diretrizes e princípios estabelecidos neste instrumento normativo abrangem todos os fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, para os quais os cotistas podem solicitar o resgate de cotas a qualquer momento.

Excetuam-se das diretrizes e princípios estabelecidos neste instrumento normativo os fundos exclusivos e/ou restritos. Caso um fundo de investimento perca sua característica de fundo exclusivo ou restrito, ser-lhe-ão aplicáveis imediatamente todas as regras gerais aplicáveis aos demais fundos.

4.2. Conceito de Risco de Liquidez

Para fins deste instrumento normativo, o risco de liquidez é definido pela possibilidade de o Fundo não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes e vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Complementarmente, o risco de liquidez é a possibilidade de o Fundo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

4.3. Princípios para o Cálculo para o Gerenciamento de Risco de Liquidez

Para a modelagem de cálculo devem ser observados, no mínimo, os seguintes princípios básicos:

- Avaliação, acompanhamento e inclusão de variáveis que reflitam as características de liquidez de cada classe de ativos e passivos, incluindo depósitos de margem esperados e outras garantias, componentes da carteira dos Fundos;
- Avaliação do perfil de recebimento de ativos de crédito, categorizados por faixas de prazos;
- Avaliação, acompanhamento e inclusão do impacto da alteração nas condições de mercado, de tal forma a refletir situações de estresse;
- Avaliação, acompanhamento e inclusão do perfil e dinâmica de resgate dos cotistas, devendo ser observado o tratamento equitativo entre os cotistas;
- Avaliação de e execução de testes de estresse periódicos, que considerem alterações na composição e dinâmica dos passivos, liquidez dos ativos e perfil de cotização do Fundo;
- Avaliação e tratamento de situações especiais de falta de liquidez dos ativos componentes da carteira dos Fundos, incluindo o cálculo e acompanhamento de índices mínimos de liquidez;
- Captura de informações de fontes externas, independentes preferencialmente, onde aplicável;
- Apuração, monitoramento e reporte do gerenciamento de risco de liquidez deve ser feita com periodicidade mínima semanal;

A modelagem de cálculo e as atividades envolvidas na apuração e no gerenciamento e de risco de liquidez devem incorporar as melhores práticas de mercado.

Sem prejuízo da modelagem adotada, deve-se respeitar a relação entre a liquidez dos ativos em carteira e perfil de passivo (cotização e liquidação de resgates) determinado por seus respectivos regulamentos.

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

5. Modelagem de Cálculo de Risco de Liquidez Para Fundos

A modelagem de cálculo do risco de liquidez para fundos é baseada em 3 etapas:

- Cálculo do índice de liquidez, tendo por base a apuração da relação existente entre a liquidez dos ativos e passivos;
- Cálculo da liquidez dos ativos, tendo por base a classificação da liquidez dos ativos, conforme sua natureza;
- Cálculo da liquidez dos passivos, tendo por base o perfil de cotistas e o prazo de cotização.

5.1. Definição do Índice de Liquidez

O Índice de Liquidez é definido com a seguinte fórmula:

$$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ} = \frac{\text{SALDO EM LIQUIDEZ}}{\text{MÉDIA DE RESGATES PROJETADOS x FATOR DE COTIZAÇÃO}}$$

Sendo:

- **SALDO EM LIQUIDEZ:** Calculado tendo por base a composição da carteira do fundo, com base nos critérios descritos para a avaliação da liquidez de ativos;
- **MÉDIA DE RESGATES PROJETADOS:** Calculado tendo por base cenarização prospectiva, utilizando-se o histórico de resgates no fundo, observando-se os critérios descritos para a avaliação da liquidez de passivos;
- **FATOR DE COTIZAÇÃO:** Calculado tendo por base as características de concentração do fundo, quando aplicável.

O índice de liquidez deve ser apurado com periodicidade mínima semanal para cada Fundo de Investimento.

- Devem ser atualizados com periodicidade mínima mensal os parâmetros de apuração de prazo de cotização do fundo e a concentração nos dez maiores cotistas.

Limite: para que o Fundo de Investimento esteja em conformidade com suas necessidades de liquidez:

- **Índice Mínimo de Liquidez** >= Vide Anexo GRT-02.A, item Índice Mínimo, Cenário de Normalidade e Cenário de Estresse.

Caso seja identificado desenquadramento do índice de liquidez, o Gestor deve verificar se consta uma solicitação de resgate integral de um cotista, em função de um movimento atípico e temporário, e se é necessário um aumento da liquidez no Fundo.

Nos demais casos em que o índice de liquidez ficar abaixo daquele definido para o cenário, o Gestor monitorará o Fundo e adotará, caso necessário, as medidas para aumentar o saldo de liquidez no fundo e enquadrá-lo no índice de liquidez.

5.2. Avaliação da Liquidez de Ativos

A avaliação e a classificação de liquidez de ativos estabelecem critérios para o cálculo da liquidez dos Fundos. Ativos distintos dos descritos e classificados neste instrumento normativo serão enquadrados, por semelhança, em alguma das categorias, observados os princípios de conservadorismo e natureza do ativo.

A classificação dos ativos em categorias serve de subsídio para a estimação do índice de liquidez da carteira do fundo. Para tanto, o Gestor estabelece “redutores” para cada categoria, a fim de refletir o nível de liquidez associado a cada uma delas. A tabela a seguir mostra os redutores de acordo com a cotização dos fundos em que eles estão alocados.

A apuração do saldo de ativos com liquidez é feita em 3 etapas:

- Classificação do ativo em categorias, em função de sua natureza;
- Alocação dos Ativos, em função do prazo de cotização do Fundo;
- Cálculo do saldo dos ativos em liquidez.

A avaliação da liquidez de ativos, por categoria, tem por finalidade a classificação dos ativos de acordo com sua liquidez, nas seguintes categorias:

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

- Liquidez Imediata: Ativos que são comumente transacionados em condições normais de funcionamento dos mercados e cujo prazo de monetização pode ser imediato e/ou em tempo hábil para pagamento de resgate do fundo, de D+0 até D+4 dias úteis;
- Liquidez Estrutural: Ativos que são comumente transacionados em condições normais de funcionamento dos mercados, sendo estruturalmente líquidos;
- Liquidez Contingente: Ativos que, mesmo em condições normais de funcionamento dos mercados, não são comumente transacionados ou cuja liquidez observa grandes variações;
- Ilíquidos: Ativos que raramente são transacionados no mercado e cuja alienação ou liquidação antecipada muito provavelmente implica perdas financeiras; e
- Para margem ou garantia: Quaisquer ativos depositados como margem para operações com derivativos ou oferecidos como garantia para outras transações realizadas pelo fundo;
- Posições passivas: Operações com opções em que o emissor (fundo) está na ponta passiva.

Os ativos são classificados em cada uma das categorias citadas da seguinte forma:

- Por favor vide Anexos, Avaliação da Liquidez dos Ativos: Categorias de Liquidez.

Observações:

- Nota (1) - Futuros e Swaps: avaliação da liquidez é feita através dos ativos depositados como margem de garantia;
- Nota (2) - Opções: avaliação da liquidez é feita através do valor de mercado das opções integrantes da carteira do fundo, considerando a posição comprada (ativo de liquidez) ou vendida (passivo de liquidez);
- Nota (3) - Nenhum ativo pode ser classificado em duas categorias.

Na sequência, para a avaliação da liquidez dos ativos, são definidos os seguintes fatores de liquidez, para a alocação dos ativos em função do prazo de cotização dos Fundos:

- Por favor vide Anexos, Avaliação da Liquidez dos Ativos: Fatores por Prazo de Cotização.

Os fatores buscam incorporar, no cálculo da liquidez, o volume de ativos de cada categoria que pode ser negociado, em condições normais de mercado, dentro do prazo de cotização do fundo, sem causar prejuízos financeiros relevantes para a carteira.

Por fim, são aplicados os redutores estabelecidos, o que permite a apuração de um saldo em liquidez para cada um dos ativos que compõem a carteira do Fundo, como demonstra o modelo a seguir:

- Vide Anexo GRT-02.A, item Avaliação da Liquidez dos Ativos: Saldo de Ativos com Liquidez.

5.3. Avaliação da Liquidez de Passivos

A avaliação e a classificação de liquidez de passivos estabelecem critérios para o cálculo da liquidez dos Fundos.

Os passivos do fundo são calculados tendo por base a frequência e volume dos resgates efetuados e com a concentração dos cotistas, de forma a capturar, através do índice de liquidez, a necessidade potencial de liquidez em decorrência do perfil da concentração dos cotistas.

Para tanto, são calculados:

- A “Média de Resgates Líquidos”, apurada no período adequado para cada modalidade de fundo (ex. semanal, quinzenal, mensal), para uma janela móvel de no mínimo 3 meses.
Nota (1) : Para fundos sem resgate (e portanto sem média), deve ser utilizado o **parâmetro de 15%** do patrimônio;
Nota (2): Para fundos que tenham sofrido redução significativa do patrimônio, a média de resgates líquidos deverá ser limitada ao valor do patrimônio no dia da apuração.
- O percentual do patrimônio líquido do fundo detido pelos dez maiores cotistas.

Para o cálculo do efeito de concentração de cotistas foram estabelecidos os seguintes fatores de cotização:

- Vide Anexo GRT-02.A, item Avaliação da Liquidez de Passivos: Fator de Cotização, Cenário de Normalidade.

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

6. Regras Específicas: Modelagem de Cálculo de Risco de Liquidez Para Fundos c/Investimento em Crédito Privado e Para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's)

Caso existam fundos que atendam cumulativamente as seguintes condições, devem ser observadas adicionalmente as regras específicas estabelecidas neste item do instrumento normativo:

- Sejam destinados ao público geral (investidores não qualificados);
- Possuam mais de 10% (dez por cento) de seu patrimônio líquido em ativos de crédito privado.

Para a avaliação da suficiência de liquidez, dos Fundos que se enquadrem nas condições acima, adicionalmente ao que foi estabelecido no item anterior, na análise dos ativos e passivos, deve ser incorporada também a avaliação por vértice de vencimento.

Esta avaliação deve ser feita através de comparativo que identifique descasamentos entre prazos de liquidação dos ativos e passivos e resgates projetados, tendo por base cenarização prospectiva, medidos como percentual do patrimônio líquido do Fundo. Devem ser considerados para os vértices de vencimento, no mínimo os vértices de imediato (até 5 dias), 30, 60 90, 180, 360 e maior que 380 dias corridos.

A liquidez dos ativos deve ser maior ou igual à liquidez do passivo, de forma cumulativa, para cada vértice:

$\text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ} = \frac{\text{SOMA CUMULATIVA ATIVOS (-) PASSIVOS E RESGATES PROJETADOS}}{\text{MÉDIA DE RESGATES PROJETADOS}}$
--

No caso dos FIDC's onde exista mais de uma classe de cotas, a apuração do índice de liquidez deve levar em consideração a hierarquia de liquidificação destas cotas, bem como a cumulatividade dos passivos e resgates projetados. Devem ser ainda observadas as regras de resgates estabelecidas nos respectivos regulamentos.

6.1. Avaliação da Liquidez de Ativos

A avaliação e a classificação de liquidez de ativos estabelecem critérios para o cálculo da liquidez dos Fundos. Ativos distintos dos descritos e classificados neste instrumento normativo serão enquadrados, por semelhança, em alguma das categorias, observados os princípios de conservadorismo e natureza do ativo.

Para a avaliação dos ativos devem ser adotado fator de redução do valor do fluxo do ativo, quando aplicável.

O redutor é composto de 2 variáveis:

- Redutor = Fator de Liquidez 1 x Fator de Liquidez 2

Para fins do Fator de Liquidez 1, os ativos são classificados em cada uma das categorias citadas da seguinte forma:

- Vide Anexo GRT-02.A, item Avaliação da Liquidez dos Ativos: Regra Específica, Fator de Liquidez 1
- Vide Anexo GRT-02.A, item Avaliação da Liquidez dos Ativos: Regra Específica, Fator de Liquidez 2
- Nota: O fator de liquidez 2 deve ser atualizado conforme determinação ANBIMA

No caso de ativos de crédito, deve ser observado o perfil de recebimento, categorizados por faixas de prazo

6.2. Avaliação da Liquidez de Passivos

A avaliação e a classificação de liquidez de passivos estabelecem critérios para o cálculo da liquidez dos Fundos.

Os passivos do fundo são calculados tendo por base a frequência e volume dos resgates efetuados e com a concentração dos cotistas, de forma a capturar, através do índice de liquidez, a necessidade potencial de liquidez em decorrência do perfil da concentração dos cotistas.

Para tanto, são calculados:

- A "Média de Resgates Líquidos", apurada no período adequado para cada modalidade de fundo (ex. semanal, quinzenal, mensal), para uma janela móvel de no mínimo 3 meses.

Nota (1): Para fundos sem resgate (e portanto sem média), deve ser utilizado o **parâmetro de 15%** do patrimônio;

Nota (2): Para fundos que tenham sofrido redução significativa do patrimônio, a média de resgates líquidos deverá ser limitada ao valor do patrimônio, no dia da apuração.

- O percentual do patrimônio líquido do fundo detido pelos dez maiores cotistas.

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

Para a apuração do cenário de normalidade fica facultada a utilização adicional de parâmetros estatísticos, na atribuição da média dos resgates observada nos últimos 3 meses, inclusive com a adoção de intervalo de confiança, com o objetivo de se estimar prospectivamente o comportamento das médias dos resgates solicitados.

Para o cálculo do efeito de concentração de cotistas foram estabelecidos os seguintes fatores de cotização:

- Vide Anexo GRT-02.A, item Avaliação da Liquidez de Passivos: Fator de Cotização, Regra Específica.

Complementarmente, para realizar a análise do passivo e resgates projetados, deve-se fazer a alocação dos vencimentos nos vértices de Imediato (até 5 dias), 30, 60 90, 180, 360 e maior que 380 dias corridos.

7. Análises de Estresse e Análise de Condições Extremas

Para fins da análise de estresse, devem ser considerados alternativamente os seguintes parâmetros, definidos de tal forma a incorporar condições extremas de mercado e / ou alterações no perfil de ativos e passivos do Fundo:

Para a avaliação da liquidez dos ativos, são definidos os seguintes fatores de liquidez, em função do prazo de cotização dos Fundos:

- Avaliação da Liquidez dos Ativos: Fatores por Prazo de Cotização, Cenário de Estresse.

Para o cálculo do efeito de concentração de cotistas foram estabelecidos os seguintes fatores de cotização:

- Vide Anexos GRT-02.A, item Avaliação da Liquidez de Passivos: Fator de Cotização, Cenário de Estresse.

Para a apuração do cenário de estresse fica facultada a utilização adicional de parâmetros estatísticos, na atribuição da média dos resgates observada nos últimos 3 meses, inclusive com a adoção de intervalo de confiança, com o objetivo de se estimar prospectivamente o comportamento das médias dos resgates solicitados.

- Vide Anexos GRT-02.A, item Apuração da Média de Passivos e Resgates Projetados: Fator Cenário de Estresse.

Nota (1): no caso de FIDC's devem ser adotados parâmetros alternativos para projeção da análise de estresse que sejam compatíveis com a existência das diversas classes de cotas e sua hierarquia de recebimento.

Nota (2): no caso de FIDC's, na impossibilidade de adoção de medida matemática ou estatística para a projeção dos resgates em cenário de estresse, pode-se adotar a média observada para fundos com perfil de risco equivalente.

No caso de FIDC's, fica facultada a realização, complementarmente, de 'Análise de Condições Extremas', utilizando-se como parâmetro de cenarização prospectiva de resgate a medida arbitrária de 50% da respectiva classe de cota componente do patrimônio.

- Neste caso fica facultado ao Gestor de Recursos, em conjunto com a Administrador Fiduciário, a avaliação e adoção de Plano de Ação de Prevenção à Risco de Liquidez, PaPRL.

8. Plano de Ação de Prevenção à Risco de Liquidez – PaPRL

O monitoramento do índice de liquidez permite a identificação de situações de potencial deficiência de liquidez para as quais seja necessário um acompanhamento mais próximo ou a avaliação da necessidade de implementação de Plano de Ação de Prevenção à Risco de Liquidez, quando aplicável, que deve ser formalizado e evidenciado na sua execução.

- Caso o índice de liquidez fica abaixo dos parâmetros estabelecidos, deve ser reportado através de mensageria de alerta, pela área de Gestão de Riscos.

Para a prevenção de deficiências projetadas ou o restabelecimento dos níveis reais de liquidez, podem ser consideradas as seguintes medidas, dentre outras, mas não se limitando a estas:

- Acompanhamento dos resgates efetivos para avaliação de necessidade de implementação posterior de ações
- Compra de ativos líquidos com recursos recebidos pelo vencimento programado de ativos em carteira
- Compra de ativos líquidos com recursos recebidos pela antecipação ou renegociação de ativos em carteira

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

- Alteração do perfil de vencimentos de ativos em carteira quando da rolagem de operações
- Alteração do perfil de vencimentos de ativos em carteira pela antecipação de operações
- Fechamento dos fundos para novas aplicações
- Convocação de assembleia p/deliberação da alteração do prazo de resgates
- Convocação de assembleia p/deliberação do pagamento através de 'fração ideal de cotas'
- Convocação de assembleia p/deliberação do encerramento do fundo
- Não aplicável. Cotistas são os próprios Gestores

A avaliação da necessidade de adoção das providências acima descritas é de responsabilidade do Gestor, com o acompanhamento por parte do Administrador, caso seja necessária a garantia de sua implementação.

9. Procedimentos Operacionais

As atividades de monitoração, análise e controle podem ser agrupadas conforme os itens seguintes.

9.1. Avaliação da Incorporação de Novos Produtos ou Carteiras

- Avaliar previamente à implementação, quando aplicável, as características e os riscos financeiros de novos produtos ou carteiras;
- Especificar e coordenar o tratamento das informações de novos produtos ou carteiras e a inclusão destas nos relatórios e bases de dados gerenciais, segundo os layouts padrão definidos, no que tange o cálculo de risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, garantias exigidas e cenário de estresse, onde aplicável;
- Validar a inclusão das respectivas informações como condição para a liberação da implementação e/ou negociação de operações;
- Indicar aos envolvidos situações reais ou potenciais, inerentes ao novo produto ou carteira, quando necessário e onde aplicável, de desenquadramento do estabelecido no regulamento do Fundo ou de incompatibilidade com o apetite, perfil e histórico de riscos do Grupo Paulista.

9.2. Acompanhamento de Condições de Mercado

- Consultar diversas fontes de informação, tais como jornais, provedores, relatórios econômicos, mesas de negociação, para acompanhamento das condições e expectativas dos mercados de câmbio, juros, renda variável e commodities;
- Identificar e comunicar movimentos e tendências que sejam contrárias ou produzam impacto negativo e não aderentes ao perfil e histórico de riscos assumidos pelo Grupo Paulista ou pelos Regulamentos dos Fundos, se aplicável.

9.3. Apuração e Controle do Risco de Liquidez

- Validar periodicamente com os departamentos de custódia e administração quais fundos são elegíveis ao controle de risco de liquidez;
- Avaliar os produtos e carteiras dos Fundos e classificar de acordo com as categorias de liquidez: imediata, estrutural, contingente, ilíquidos, margem ou garantias;
- Avaliar o prazo de cotização, concentração de cotistas e calcular e aplicar o fator de cotização;
- Avaliar a frequência e volume dos resgates efetuados e calcular média com histórico observado de resgates;
- Calcular e monitorar diariamente o índice de liquidez dos Fundos;
- Comunicar as áreas de Gestão e Administração, onde aplicável, e validar os valores apurados para as carteiras e exposições;
- Identificar e comunicar exposições não aderentes ao apetite, perfil e histórico de riscos assumidos pelo Grupo Paulista ou regulamento do Fundo, onde aplicável;

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

9.4. Calibragem de Parâmetros de Cálculo

- Avaliar e calibrar os parâmetros de cálculo tendo em mente o comportamento e a dinâmica dos ativos e passivos, na experiência do Gestor, que devem ser utilizados pelo Departamento de Gestão de Riscos, com validação periódica no Comitê de Gerenciamento de Liquidez.

9.5. Preparação de Controles, Relatórios e Apresentações

- Capturar e verificar a integridade das informações e dos dados;
- Atualizar, processar os cálculos e disponibilizar os relatórios gerenciais elaborados internamente;
- Atualizar e preparar controles, relatórios e apresentações periodicamente para utilização nas reuniões e comitês internos e/ou externos.

9.6. Acompanhamento de Normativos Regulamentares

- Acompanhar a publicação dos normativos regulamentares no que tange o controle de riscos de mercado, de liquidez, e de cálculo dos limites operacionais, onde aplicável;
- Especificar e acompanhar as alterações decorrentes nos respectivos sistemas e processos relacionados ao controle de riscos e validar os resultados obtidos.

10. Responsabilidades

10.1. Gestor

- Elaborar e atualizar este instrumento normativo, zelando pela sua utilização no dia-a-dia, em consonância com as estruturas envolvidas e as atividades desempenhadas;
- Avaliar e calibrar os parâmetros de cálculo utilizados;
- Avaliar e acompanhar condições de mercado e fazer o gerenciamento do risco de liquidez dos fundos;
- Negociar e registrar as condições das operações realizadas, atentando para o adequado registro da negociação para fins contábeis e/ou gerenciais, onde aplicável;
- Avaliar a implementação do Plano de Ação de Prevenção à Risco de Liquidez – PaPRL, quando aplicável.

10.2. Administrador

- Zelar para que as disposições do regulamento dos fundos sejam observadas;
- Capturar os dados cadastrais e as condições financeiras das operações realizadas, confirmar com contraparte e processar e liquidar as operações realizadas e carteiras;
- Disponibilizar os dados necessários para o gerenciamento de risco e liquidez, utilizando relatórios e/ou rotinas sistêmicas, onde aplicável;
- Acompanhar junto aos Gestores da avaliação e implementação do Plano de Ação de Prevenção à Risco de Liquidez – PaPRL, quando aplicável;
- Enviar os informes regulamentares para órgãos supervisores e/ou reguladores.

10.3. TI

- Capturar, processar, verificar integridade física das informações e dos dados e enviar os relatórios e/ou base de dados gerenciais com as informações necessárias para o cálculo gerencial de risco e disponibilizar, segundo os layouts padrão definidos, para Integral Trust, no ambiente de TI, onde aplicável;
- Capturar, organizar e disponibilizar relatórios e/ou base de dados gerenciais em ambiente estruturado de Business Intelligence (BI) para consulta e utilização pelo Departamento de Gestão de Riscos para o processamento e a apuração dos controles e relatórios gerenciais preparados internamente, onde aplicável;
- Disponibilizar o acesso aos usuários e dar manutenção na conexão e nos diretórios compartilhados pelos sistemas, no ambiente de TI interno.

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

10.4. Integral Trust ou Aplicativo Interno

- Capturar, verificar integridade das informações e processar os relatórios e/ou base de dados gerenciais, segundo os layouts padrão definidos;
- Processar a exposição de risco de mercado e liquidez dos Fundos disponibilizados, de forma diária;
- Atualizar e disponibilizar para consulta os relatórios e as telas no sistema Integral Trust;
- Identificar e solicitar o reenvio de relatórios e/ou base de dados gerenciais, segundo os layouts padrão definidos, e executar o reprocessamento do cálculo gerencial de risco, em caso da ocorrência de inconsistências de dados.

10.5. Gestão de Riscos

- Avaliar a incorporação de novos produtos para fins de controle de riscos financeiros;
- Acompanhar as condições de mercado;
- Apurar e controlar o risco de liquidez e emitir 'alertas' em relação ao índice de liquidez, quando aplicável;
- Preparar controles, relatórios e apresentações;
- Acompanhar normativos regulamentares.

11. Referência cruzada com outros Instrumentos Normativos Internos

- GRC-03 – Política Geral de Gerenciamento e Controle de Riscos
- GRC-07 – Política para o Gerenciamento do Risco de Liquidez
- SCI-07 - Procedimentos de Controle de Riscos Financeiros
- SCI-09 – Gerenciamento de Riscos para Fundos de Investimento
- GRT-02.A – Anexo A – Parâmetros de Cálculo
- GRT-08 – Procedimentos de Investimento e Monitoramento de Riscos em Crédito Privado
- OPS-02 – Procedimentos de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada
- OPS-03 – Procedimentos de Prestação de Serviços de Controladoria

12. Alinhamento com Órgãos Reguladores e Legislações

Instrução CVM 555/2014: Dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimentos.

Instrução CVM 356/2001: Regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas – Fundos de Investimento.

Diretrizes ANBIMA de Gerenciamento de Riscos de Liquidez.

Gerenciamento do Risco de Liquidez para Fundos de Investimento

13. Informações de Controle

Vigência: 30.dez.2017

Registro das alterações: últimos dois anos

Versão	Item alterado	Descrição resumida da alteração	Motivo	Dt. Publicação
03	Todo o Instrumento Normativo	O manual foi atualizado para compatibilizar a estrutura do documento com os demais instrumentos normativos internos. Foram incluídas as seções: conceitos gerais e diretrizes, gerenciamento e modelagem de cálculo do risco de liquidez, análises de estresse, plano de contingência, procedimentos operacionais e responsabilidades dos envolvidos no processo de gerenciamento do risco de liquidez. Os parâmetro de cálculo foram destacados no anexo GRT-02.A.	Atendimento à Deliberação ANBIMA nº 56/2014	23.fev.2015
04	5.3 6.2	Ajustar situações específicas, quando houver redução significativa do patrimônio, vis a vis a média de resgates	Aprimoramento	28.out.2015
05	11	Inclusão da referência ao Instrumento Normativo SCI-09	Atualização periódica	28.out.2016
06	6, 7, 8, 10	Maior detalhamento na modelagem dos FIDC. Facultada a apuração de cenários de com parâmetros estatísticos. Maior detalhamento do PaPRL	Atualização periódica	30.dez.2016

Responsáveis pelo Instrumento Normativo:

Etapas	Responsável	Contato	Unidade Organizacional
Elaboração	Luiz Eduardo	luiz.sampaio@bancopaulista.com.br	Gestão de Riscos
Revisão	Thiago Gobbo	thiago.gobbo@socopa.com.br	Gestão de Riscos
	Leila Gomes	leila.gomes@bancopaulista.com.br	Gestão de Riscos
	Nelson Heleno	nelson.heleno@bancopaulista.com.br	Compliance Corporativo
	Eduardo Kuniyoshi	eduardo.kuniyoshi@bancopaulista.com.br	Compliance Corporativo
	Anita Nascimento	anita.nascimento@bancopaulista.com.br	TI
	Gabriel Lacasa Maya	gabriel.maya@socopa.com.br	Diretoria Administração de Recursos de Terceiros – Socopa
Aprovação	Gerson Brito	gerson.brito@bancopaulista.com.br	Diretoria Geral Administrativa
	Gélio Luiz Barbosa	gelio@rivierainvestimentos.com.br	Diretoria de Gestão de Recursos Riviera
	Matthieu Rödel	matthieu@socopa.com.br	Diretoria de Gestão de Recursos Socopa
	Daniel Doll Lemos	daniel@socopa.com.br	Diretoria Administração de Recursos de Terceiros - Socopa

Diretoria de Gestão – Riviera
Diretoria de Gestão - SOCOPA
Diretoria Administração de Recursos de Terceiros - SOCOPA